

BIOPOLÍTICA E A DOMESTICAÇÃO DOS CORPOS A PARTIR DE FOUCAULT

Ana Paula Kravczuk Rodrigues¹

RESUMO

O presente trabalho pretende fazer uma abordagem inicial do que se trata a biopolítica e como ela é desenvolvida através do biopoder dentro da sociedade, de como Michel Foucault trabalhou estes conceitos. Realizando uma análise de como os corpos são postos em padrões, normalizados e normatizados com o auxílio de instrumentos de poder, também é visto como o corpo feminino sofre com este processo histórico, político e social, fazendo um embate com a teoria feminista.

Palavras-chave: Biopolítica. Foucault. Domesticação. Controle. Corpo.

1 INTRODUÇÃO

A partir do século XVIII o homem passa a perceber que é de fato possuidor de um corpo e com isso se reconhece como alguém que pertence a uma espécie. Essa iluminação deu origem a questões que envolvem a vida do homem como algo que deve ser preservado, em um novo cenário que abriu espaço para uma biopolítica voltada para a regulamentação dos processos das massas (DINIZ; OLIVEIRA, 2014).

Consequentemente a biopolítica apresentará uma tecnologia de dispositivos que devem assegurar a vida da população, pois sua meta é controlar aquilo que possa limitar a vida do homem não em particular, mas no conjunto da espécie humana. Para que isso aconteça será usado um dispositivo de poder que Foucault chamará de “Biopoder”, uma ferramenta fundamental para a tecnologia de poder que irá controlar as massas. A respeito do biopoder Foucault diz o seguinte:

(...) essa série de fenômenos que me parece bastante importante, a saber, o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral de poder. Em outras palavras, como a sociedade, as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII, voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. É em linhas gerais o que chamo, o que chamei, para lhe dar um nome, de biopoder. (FOUCAULT, 2008, p. 3)

O surgimento de uma nova tecnologia de exercício do poder como o biopoder mostra que as relações de poder não acontecem somente no plano do sujeito em seu espaço restrito,

¹ Bacharela em Direito pela UNIJUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2016).

mas ampliam-se também para o espaço da população. Nesse caso, afirmam Diniz e Oliveira (2014), a perspectiva do fenômeno individual de adestramento do sujeito, vai ser ampliada e agora serão levados em conta os fenômenos coletivos. Com isso nasce a preocupação com a saúde e o bem estar da população. E para que esses fatores sejam preservados, será iniciada uma política de policiamento para evitar tudo àquilo que possa ameaçar a vida da população. Vários procedimentos são efetivados para alcançar este objetivo de preservar a vida da população, como por exemplo, “[...] uma medicina que vai ter, agora, a função maior de higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber [...] e da medicalização da população.” (FOUCAULT, 1999, p. 291). Essas medidas são importantes para que se tenha um certo controle de problemas como o da natalidade e da mortalidade, e esse controle é um dos mecanismos de poder do “biopoder”.

Segundo Foucault,

Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige à multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc. (FOUCAULT, 1999, p. 291).

O biopoder, então, utiliza de instrumentos estatais buscando exercer o controle sobre os indivíduos e massas, assegurando ter a propriedade sobre suas vidas e seus direitos, tudo a partir do dado biológico humano. Essa tecnologia do poder está intimamente ligada ao momento histórico que está inserida, onde o sujeito se reconhece como indivíduo social e que pertence a uma espécie, nesse tempo abre-se espaço para uma biopolítica direcionada à regulamentação dos processos das massas. Consequentemente, essa biopolítica necessita de respaldo para a preservação e controle do que possa limitar a vida do indivíduo, no conjunto de sua espécie, assim temos o biopoder (DUARTE, 2008).

À luz de Foucault, sobre o biopoder:

Foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu esforço quanto de sua utilizabilidade e sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar. (FOUCAULT, 1988, p. 132)

Sob as condições impostas pelo exercício do biopoder, o incremento da vida da população não se separa da produção contínua da morte, no interior e no exterior da comunidade entendida como entidade biologicamente homogênea: “São mortos legitimamente aqueles que constituem uma espécie de perigo biológico para os outros” (FOUCAULT, 1990, p. 140). Segundo Duarte (2008), a descoberta não apenas da biopolítica, mas também do paradoxal *modus operandi* do biopoder, o qual, para produzir e incentivar de maneira calculada e administrada a vida de uma dada população, tem de impor o genocídio aos corpos populacionais considerados exógenos, é certamente uma das grandes teses que Foucault legou ao futuro.

Com isso, haverá por parte da biopolítica a preocupação com as relações entre a espécie humana e o meio em que ela vive (FOUCAULT, 1999). Sua importância ocorre em função da população necessitar de boas condições do ambiente para preservar sua existência. Os problemas climáticos e geográficos – assim como as epidemias e outras mazelas – vão afetar diretamente a população. Portanto, é a partir das taxas de natalidade e mortalidade, vinculadas às diversas incapacidades biológicas que a biopolítica vai conseguir extrair o conhecimento necessário para a definição de qual área ela deve intervir com seu poder.

O poder, tanto disciplinar quanto, principalmente, o biopoder atuam sobre o corpo e a subjetividade e acabam se vinculando com a construção de padrões normalizados de condutas sexuais e de construções de gênero será objeto de análise no próximo capítulo.

2 SOCIEDADE DE NORMALIZAÇÃO E O CONTROLE DOS CORPOS

A partir do momento em que passou à análise dos dispositivos de produção da sexualidade, Foucault percebeu que o sexo e, portanto, a própria vida, se tornaram alvos privilegiados da atuação de um poder disciplinar que já não tratava simplesmente de regradar comportamentos individuais ou individualizados, mas que pretendia normalizar a própria conduta da espécie, bem como regradar, manipular, incentivar e observar macro-fenômenos como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das grandes cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida, etc. A partir do século 19, já não importava mais *apenas* disciplinar as condutas, mas também implantar um gerenciamento planejado da vida das populações (DUARTE, 2008).

Assim, o que se produz por meio da atuação específica do biopoder não é mais apenas o indivíduo dócil e útil, mas é a própria gestão calculada da vida do corpo social. Deste modo,

afirma Duarte, compreende-se porque o sexo se torna o alvo de toda uma disputa política: a partir do século 19, ele é o foco de um controle disciplinar do corpo individual, ao mesmo tempo em que está diretamente relacionado aos fenômenos de regulação das populações, conferindo um acesso do poder soberano à vida da própria espécie. A sexualidade, tal como produzida por toda uma rede de saberes e poderes que agem sobre o corpo individual e sobre o corpo social, isto é, o sexo como produto do que Foucault chamou de dispositivo da sexualidade, será então a chave para a análise e para a produção da individualidade e da coletividade.

Naturalmente nossa sociedade está constante transformação e as relações sociais cada vez mais complexas, e isso fez com que o corpo e a sexualidade fossem compreendidos como objetos de disciplina e controle social nas relações de poder. Na verdade, Foucault já vai perceber, a partir da sua obra *A História da Sexualidade*, que a forma mais ‘fácil’ de controlar as pessoas era através do controle de seu corpo, e vai demonstrar como isto aconteceu ao longo da história. Mais precisamente, estas relações de poder são construídas sob a ótica do masculino, conforme já afirmava Simone de Beauvoir (1980) havendo, então, uma submissão do corpo e da sexualidade do feminino ao biopoder exercido pela sociedade, chamada de patriarcal.

É analisado que na História da Sexualidade, ao longo da história foram usados diversos procedimentos para que se pudesse descobrir uma ligação entre práticas e verdade, forçando o sujeito a reproduzir o discurso sobre a sexualidade, um desses procedimentos será a confissão, por exemplo. O homem (considera-se homem como indivíduo dentro da sociedade) é, portanto, produto histórico e, além disso, é um produto de forças que são as relações de poder, pois todas as suas vontades e ações se entrelaçam a essas forças, são resultados. Na Idade Média o homem só poderia ser o produto de forças que o conectavam com deus, sendo em si parte dessa conexão. Já na época moderna, o homem rompe esses únicos laços e passa a se compreender conforme seu limite e potência são caracterizados, não “fugindo” de seu próprio corpo. Enquanto o homem pós-moderno não é produto de forças que são “ligadas aos céus” e nem se limita ao próprio corpo, mas sim produto das relações de poder no meio social, dos questionamentos sobre a vida (PEZ, 2010, p. 3).

Incluindo a experiência individual em torno do sexo, produzindo a subjetividade, pois tem-se um meio de identificação da maneira de ser feito pelo próprio ser.

Para Foucault não existe subjetividade e sim processos de subjetivação. Mas o que seriam processos de subjetivação? Machado L. (1999: 214) esclarece: que acreditamos ser nossa personalidade, nosso mais íntimo desejo, são expressões-em-

nós da história de nossa época. A própria necessidade de acreditarmos que temos coisas que nos são particulares e que nos diferenciam do resto do mundo é uma produção própria do momento que vivemos hoje. Nós somos atravessados por toda uma complexa teia de aspectos desejantes, políticos, econômicos, científicos, tecnológicos, familiares, culturais, afetivos, televisivos. Entretanto, cada um de nós tem uma história de vida que é singular, mas que não é interior. (Souza; Machado; Bianco, 2008, p. 20 – 21).

Há a mudança de identidade para identificação, para que faça parte de um dispositivo para que funcione como realidade, ou seja, um modo de ser, de se conduzir e se relacionar. Resgata-se a característica do que é semelhante/relativo na identidade e usa-se no mecanismo da identificação para que isso aconteça. Assim, ganham-se novos domínios da sexualidade, a partir de uma posição que se assume. Essa posição é uma soma da qualidade e da qualificação, do que é semelhante e da ação que acontece em determinado meio de regimentos que configuram uma experiência histórica da sexualidade. A partir daí temos a enunciação, que é uma exposição que possibilita a fala, a prática do discurso e, logo, para que o sujeito tome um posicionamento sobre sua identidade (XAVIER, 2003, p. 11-12).

O que pode ser absorvido dos estudos de Foucault sobre o processo de construção da identidade do sujeito é o fato desse processo ser um movimento além do que é visto em seu momento histórico. Pois sempre busca mostrar onde as forças de poder estão realmente presentes, onde parece não existir dominação ou onde parece ser absoluta. Assim, temos as práticas de liberdade, a renovação contínua do sujeito em sua identidade, que cria novas singularidades e, logo, novas formas de pensar a vida e seus propósitos. Os conceitos trabalhados em Foucault também não devem ser considerados estáticos, visto o trabalho histórico e ligação íntima com as relações de poder, que são, na verdade, microrrelações (PEZ, 2010, p.6).

A impossibilidade de ter uma perspectiva imediata de nossos corpos e das forças que o moldam é crítica, porque nos é apresentado um leque de interpretações agradáveis sobre essas forças, como elas podem ser positivas e convincentes buscando que melhoremos sempre, sem, sequer, nos lembrarmos que é necessária uma discussão sobre isso, já que é considerado algo da “normalidade”.

Enfim, esse movimento construtivo é, ao mesmo tempo, uma desestabilização e uma construção do que conhecemos e do que consideramos normal-anormal. A identidade está entrelaçada com a sexualidade que, assim, está amarrada ao controle do corpo que é objeto de variados questionamentos e uma criação histórica e social. Do mesmo modo, a identidade e o poder estão entrelaçados com os estereótipos de gênero.

3 A NORMALIZAÇÃO E O CONTROLE DO CORPO FEMININO EM CONTEXTOS PATRIARCAIS

Consideremos o contexto histórico político-social na Europa e nos Estados Unidos, ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o qual necessitava de um movimento feminista independente e radical, que dá visibilidade política ao corpo, propondo um debate de politização da esfera privada, ou seja, buscava ampliar a visão da política para além dos limites estabelecidos pela esfera pública e de suas implicações. Dessa forma, movimentos como o feminista, considerados minoritários, trazem ao cenário público novos sujeitos políticos, novas problemáticas e, logo, novas identidades.

O feminismo, ao propor o debate sobre os mecanismos de controle da sexualidade feminina, buscava revolucionar as relações entre os gêneros nas relações sociais, tentando identificar quais eram esses mecanismos e como poderiam ser criticados.

A partir disso, podemos pensar, então, na biopolítica de Foucault como a nova tecnologia de poder que surge nos séculos XVIII-XIX, que gerencia o corpo através dele mesmo, usando da natalidade, mortalidade e morbidade. Se fortalece o controle social sobre os corpos, ou seja, a normatização do indivíduo. E trazendo isto para o debate feminista, o corpo feminino acaba se tornando um local de disputa entre o espaço privado e o espaço público.(SCAVONE, 2012).

Sob a percepção de um corpo exposto a medicalização, princípios morais, religiosos e sujeitamentos, a luta de mulheres se concentra na livre escolha da maternidade (questões de contracepção e aborto) e nos questionamentos sobre os desdobramentos da sexualidade (além do modelo família conjugal heterossexual) e a violência de gênero. Ao pensar nestes pontos, o feminismo teve como meta separar a sexualidade feminina da procriação. Com ajuda do avanço médico tivemos a contracepção eficaz por meio da pílula e do DIU e, então, a meta passou a ser a politização do discurso para quebrar a dominação masculina que o estruturava.

O discurso feminista rebelou-se contra o lugar dito biologicamente correto que foi dado às mulheres, tanto no meio familiar como na sociedade, no meio privado e no meio público. Esse lugar partia do princípio de que “a mulher nada mais é do que seu útero” – como reproduziu Napoleão Bonaparte, que como muitos outros, percebiam a mulher como destinada a maternidade e todas as implicações esta acarreta, recusando-se a aceitar o lugar social da mulher.

Apesar de nas décadas seguintes aos anos de 1970 o feminismo ter mudado suas estratégias de discurso e políticas, continuou associando as questões reprodutivas e sexuais à

violência do poder masculino sobre o corpo feminino. Temos como exemplos: a ablação do clitóris em países africanos, as esterilizações e abortos forçados nos programas de planejamento familiar na China, o assédio moral ou sexual no mundo do trabalho, entre outros. (2010) Em casos assim e em desdobramentos específicos, o feminismo tenta buscar soluções e táticas para as urgências sociais, como cita AVILA (1993, p. 382-393), tratando de garantir os direitos sexuais e reprodutivos de prevenção contraceptiva, aborto e saúde sexual, mais notória em países como o Brasil.

Ao final do século XX temos uma mudança rápida de cenário e isso influencia diretamente no discurso feminista e, logo, no corpo feminino no contexto político-social. O aumento das desigualdades sociais e o embate da alta tecnologia acontecendo ao mesmo tempo em cenários de miséria são exemplos desta mudança. As tecnologias de intervenção no corpo se aperfeiçoam e aumentam na constante busca pela perfeição e “saúde”. Temos no cardápio: possibilidade de procriação para casais estéreis; redesignação sexual para transexuais e uma inúmera cartela de procedimentos de embelezamento (inclusive o embelezamento vaginal) e técnicas para evitar o envelhecimento, para melhora do desempenho sexual e assim por diante. O grande questionamento a ser feito é em como essas inovações podem e já contribuíram para as mudanças nas relações de gênero. (SCAVONE, 2012).

Em face dessa revolução de aperfeiçoamento dos corpos, principalmente do feminino para que se encaixa a padrões considerados normais pelo senso comum, não há como fugirmos do que disse Foucault (2000, p. 117-118): “É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”. O corpo se encontra no coração de toda a relação de poder e não precisamos ir muito longe de casa para vermos esta relação.

Dentre as estratégias de controle, a sexualidade constitui-se, de acordo com o autor (2005), em um dos mais importantes dispositivos de poder, dada sua instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias, especialmente a de “[...] assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora” (FOUCAULT, 2005, p. 38).

A partir desta perspectiva pode-se afastar da visão naturalista prevalecente, estabelecida pelo essencialismo, em que o corpo é observado, explicado, classificado e disciplinado de acordo com a fisiologia reprodutiva e filosofia moral, para nos aproximarmos de uma leitura que toma o corpo e o gênero, como uma produção sócio-histórica, cultural e

política, em construção permanente e flexível. Enquanto tal, não pode ser tomado como algo terminado, mas como uma materialidade provisória, mutante e mutável, vulnerável às diversas formas de intervenção, científicas, tecnológicas, eclesiásticas, políticas ou culturais.

O corpo seja individual ou coletivo, portanto, pode ser encarado como uma superfície de acontecimentos engendrados por uma ordem discursiva que regula os prazeres e expressões, sendo o resultado de diversos acontecimentos, e como tal, atravessado por valores, sentidos e discursos que se materializam e determinam o seu modo de relação e funcionamento, de acordo com as leis, contratos e instituições que regem o contexto pelo qual é produzido.

É relevante destacar que uma das contribuições dignas do filósofo para o estudo da sociedade contemporânea (principalmente no que se liga ao Movimento Feminista), é a problemática do poder/saber, que este abordou em meados dos anos 1990. O poder não pode ser reduzido a sua forma coercitiva ou repressora, pois ele é notado também através das "práticas e técnicas que foram inventadas, aperfeiçoadas e se desenvolvem sem cessar. Existe uma verdadeira tecnologia do poder, ou melhor, de poderes, que têm cada um sua própria história" (FOUCAULT, 1999, p. 241).

Então, ao rejeitar essa hipótese do poder repressivo que só atuaria através do Estado, a noção de poder inclui também a possibilidade de resistência, que é traço característico em contraposição a formas de violência e opressão. Em suma, ao analisar e compreender esses traços do poder e como ele perpassa as relações sociais entendemos que os mesmos remetem ao combo de dominação/resistência, e esta noção é importantíssima para a condição feminina. E diante de todo o exposto até o momento, a condição de dominação é claramente assimétrica, linear e desigual (FOUCAULT, 1995).

Interessante abordar que Teresa de Lauretis aponta de forma objetiva para os perigos da cegueira de gênero de Foucault na insistência de que sexualidade e poder são de mesma amplitude: "Negar gênero, em primeiro lugar, é negar as relações sociais de gênero que constituem e *validam a opressão sexual das mulheres*; em segundo, negar gênero é manter uma ideologia que serve aos interesses do sujeito masculino" (DE LAURETIS, 1987, p. 15).

Historicamente, as relações de poder se associam à dominação masculina, daí a relevância da crítica feminista à negligência de Foucault ao gênero na análise genealógica. Entendemos, conforme Butler (2000), que a discussão sobre a subjetividade deva dar-se em paralelo à problematização da identidade de gênero e dos regimes de verdade que a produzem - uma vez que as pessoas se constituem em si e em seus corpos ao adquirir seu gênero conforme padrões reconhecidos de gênero. Butler (2003) irá problematizar a questão das

identidades, do gênero, do corpo e do desejo na medida em que "Foucault revela uma indiferença problemática em relação à diferença sexual" (BUTLER, 2003, p.11).

Homens e mulheres, em diferentes épocas, em diferentes lugares e sob distintas orientações teórico-epistemológicas, podem produzir conhecimento de formas diferenciadas. Entretanto, a objetividade foi equiparada à masculinidade, o que conduziu a presumir que, para ser objetivo, requer-se distanciamento e separação entre emocional e intelectual. A imparcialidade, a partir da *perspectiva feminista da produção do conhecimento*, não é possível, sequer desejável, especialmente uma vez que se encontra comprometida com a mudança social. As epistemologias feministas entendem que o conhecimento é sempre situado, posicionando-se contra a objetividade e a neutralidade, características da ciência positivista androcêntrica (reduzir a humanidade ao termo "homem") e resgatando o papel da emoção, do corpo e da experiência na produção do conhecimento científico (HARDING, 1986; WILKINSON, 1986).

Além disso, as práticas disciplinares de feminilidade da sociedade ocidental contemporânea atuam sobre os e nos corpos das mulheres, de forma a tentar torná-los dóceis e a discipliná-los de forma translucidamente distinta da domesticação dos corpos dos homens. O modelo de poder de Foucault, mais que evidenciar uma visão apenas imparcial ou não detentora de gênero, revela-se como uma extensão da visão centrada na masculinidade tradicional que existe na cultura ocidental - chamada androcentrismo ou falocentrismo - em que: "os pressupostos neutros quanto ao gênero implícitos na vontade de poder (sobre os outros) (...) transformam orientações desproporcionalmente masculinas em uma orientação da humanidade em geral" (BALBUS, 1987, p. 120).

Sempre dentro de uma contextualização histórica, a materialização determinará através do regime binário a efetivação das ordens do poder, sendo sempre atravessado pelas referências dominantes que regem os modos de ser e de se comportar no mundo. Deste processo, constituem-se participes importantes o estado, a igreja, a família, o capital, a medicina, a ciência, mas também a mídia, a escola e a polícia, e especialmente o direito que, em um primeiro momento são tomadas como instituições externas e em outros se instalam como regulações internas que são apreendidas pela ação da subjetivação normatizadora que cristaliza até mesmo os processos desejantes, que passam a desejar a "norma". "Esse binarismo do gênero, ou seja, a ideia de que as pessoas são contempladas por uma representação masculina ou feminina, de perto é uma lógica perversa que procura normatizar e normalizar os corpos". (GROSSI, 2012, p. 164).

Pensar desta forma requer compreender os conceitos de gênero e sexualidade, como construções históricas e não dados naturais, algo já proposto há 70 anos por Simone de Beauvoir (1980). Pensar os gêneros como dispositivos que se processam pela materialização do poder, como efeito das estratégias de disciplinarização dos corpos, e do biopoder, como efeito do gerenciamento das massas e da criação de verdadeiras vidas “matáveis” (WERMUTH; NIELSSON, 2016).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A (i)legitimidade das condutas se torna cada vez mais evidente com o passar dos anos, especialmente com a evidencia de que o ordenamento jurídico adotou um gênero em suas normas, anormalizando condutas que não se encaixem perfeitamente. O grande clímax chega quando a realidade evidencia que os corpos, na verdade, não são dóceis, e que a definição de gênero é, como ensina Butler (2008), uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada, uma assembleia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor.

É nesse sentido que se pode falar, biopoliticamente, em corpos, ou vidas que *importam*, e ao contrário, dos que *não importam*, considerados abjetos pela norma, desconstituídos de humanidade, e invisíveis, e paralelamente empreender uma tentativa ética de desvincular do caráter patológico aqueles que apresentam complexidades não absorvidas pelo ideal normativo para, a partir da desmistificação das configurações sociais excludentes, devolver-lhes o direito básico a uma existência legítima.

Qualquer variação das proposições dadas pelo sistema sexo/ gênero colocará os sujeitos dissidentes na marginalidade, tendo a sua disposição os mais diversos estigmas relacionados às sexualidades e as expressões de gêneros, que se intensificam mais ainda quando se compõem com outras categorias, como classe social, raça e etnia, geração, enfim, com a violência estrutural.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. Revista Estudos Feministas.UFRJ: Rio de Janeiro, 1993.

BALBUS, Isaac D. **Mulheres disciplinantes**: Michel Foucault e o poder do discurso feminista. In S. Benhabib & D. Cornell (Orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade* (N. C. Caixeiro, Trad.). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1986.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo sexo—fatos e mitos**; tradução de Sérgio Milliet. 1980.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. 1ª Edição. Buenos Aires: Paidós, 2003.

_____. Subjection, resistance and resignification. In **The psychic life of power: Theories in subjections**. California: Stanford University Press, 2000.

_____. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GROSSI, Patrícia K. **Violências de Gênero** – Coisas que a gente não gostaria de saber – 2ª Edição – Atualizada e Ampliada - ediPUCRS – Porto Alegre/RS, 2012.

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of gender*. New York: Bloomington.

Diamond, I. & Quinby, L. (1998). **Feminism & Foucault**: Reflections on resistance. Boston: Northeastern University Press, 1987.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, Almeida Alves de. **Foucault: Do Poder Disciplinar ao Biopoder**, 2014. Disponível em: <http://www.faculdade.flucianofejao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/FRANCISCOROMULOALVESDINIZ.pdf>. Acesso em 20 out 2015.

DUARTE, Andre de Macedo. **De Michel Foucault a Giorgio Agamben**: a trajetória do conceito de biopolítica, 2008. Disponível em: http://works.bepress.com/andre_duarte/17/. Acesso em 21 de novembro de 2015.

FOUCAULT, Michel. **Michel Foucault**: Hermeneutica del sujeto (Coleção Genealogía del poder). (F. Álvarez-Uría, Trad.). Madrid, España: La Piqueta, 1988.

_____. **História da sexualidade I**: A vontade de saber (7a ed.). Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **O sujeito e o poder**. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault: Uma trajetória filosófica: Para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2008.

HARDING, Sandra. **The science question in feminism**. Ithaca, NY: Cornell University, 1986.

SCAVONE, Lucila. **Nosso corpo nos pertence? Discursos feministas do corpo**. Volume 10, n. 2, p. 47-62, Ed. jan.-jun. 2012.

Souza, E. M; Machado, L. D; Bianco, M. F. **O homem e o pós-estruturalismo Foucaultiano**: implicações nos estudos organizacionais. Revista Organizações & Sociedade, Salvador, v. 15, n. 47, p. 71-86, out-dez, 2008.

PEZ, Tiaraju Dal Pozzo. **Pequena análise sobre o sujeito em Foucault**: A construção de uma ética possível. Disponível em: <[www. uel. br/eventos/sepech/arqtxt/resumos-anais/TiarajuDPPez. pdf](http://www.uel.br/eventos/sepech/arqtxt/resumos-anais/TiarajuDPPez.pdf)>. Acesso em, v. 1, n. 07, 2010.

XAVIER, Sílvia Lair Vieira. **Problematizando a identidade sexual**. In: Identidade (homos)sexual. Dissertação de mestrado – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Psicologia. 2003.

WERMUTH, Maiquel Ângelo Dezordi. NIELSSON, Joice Graciele. O Campo como Espaço da Exceção: uma Análise da Produção da Vida Nua Feminina nos Lares Brasileiros à Luz da Biopolítica. **Prima Facie**, vol. 15, número 30, 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/primafacie/article/view/33084/17576>> Acesso em: 20 março 2018.

WILKINSON, Sue. **Feminist social psychology**. Milton Keynes: Open University Press, 1986.